



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Artigo recebido até 15/01/2012
Aprovado até 15/02/2012

DESTRUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO: UM ESTUDO DA IRONIA¹

Eni Puccinelli Orlandi
(UNICAMP/UNIVAS)

*Refuge aux heures solitaires . . . où le conflit se résout dans le monologue du poète
et la méditation du penseur. (Hjelmslev)*
*Aquilo que faz a nobreza da lenda como a da língua é que, condenadas uma e outra
a se servirem de elementos colocados diante delas e com um sentido qualquer, elas
os reúnem e tiram deles continuamente um sentido novo. (Saussure)*
Todo texto pode significar tudo. (Rimbaud)

Reflexão prévia: só de passagem

Na *Origem das Línguas*, Rousseau (1970) diz que embora tenham ensinado que a linguagem dos primeiros homens eram línguas de geômetras, na verdade foram línguas de poetas. De nossa parte, acreditamos que, no território da linguagem, afirmar que antes veio a poesia e depois a racionalidade, ou o seu contrário, que a racionalidade é que é primeira no homem, reflete a sempre-mesma-coisa: os interesses a que serve cada uma dessas afirmações.

Por outro lado, propor que a linguagem é tudo isso e que não é primeiramente coisa nenhuma é arriscar não estabelecer qualquer prioridade entre paixão e razão, sentimento e raciocínio, espírito e corpo, cabeça e coração, em suma, entre a lógica da razão e a retórica das paixões.

Corramos o risco.

1. Este trabalho foi apresentado, em 1983, em um colóquio do Departamento de Linguística do IEL/Unicamp. Posteriormente, foi publicado na revista *Série Estudos*, nº12, em 1986. O meu objetivo, na época, era questionar o modo como os linguistas postulavam uma noção de literalidade como primeira, primitiva, pura etc. Posição da qual eu discordava já que a concebia como uma construção da história, um efeito discursivo. Tomei a ironia como fato de linguagem e o observei da perspectiva discursiva. Outros trabalhos vieram depois sobre ironia, mas considero oportuna esta publicação porque só algumas pessoas tiveram acesso a este artigo já que a revista na qual foi publicada deixou de ser editada.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Introdução: a curiosidade

Seria ilusório acreditar descobrir algo que vá muito além do que já disseram sobre ironia. Que não é tanto quanto se poderia desejar, justamente porque este é um objeto de estudo fecundo e intrigante, e, por isso mesmo, muito resistente.

De certa forma, e sem nenhuma originalidade, podemos dizer que nada de novo se passa sob o sol, se pensarmos a ironia como figura, e a figura como uso desviante.

Entretanto, através da reflexão sobre a ironia, pretendemos formular questões que possam levar-nos a pensar mais fundo o processo de significação na linguagem.

Desse ponto de vista, a ironia é uma figura privilegiada. Essa importância (teórica) da ironia pode ser expressa como segue: *"Acte de parole paradoxal, puisque se détruisant lui-même, c'est un des cas limites d'usage de la Zangue, une zone de fracture qui devrait requerir l'attention du sémanticien, au même titre que les fissures de la croûte terrestre et les volcans 'renseignent' le géologue"* (A. Henault e M. Callamand, 1982).

Não há dúvida de que se trata de um objeto de observação relevante para as questões sobre a linguagem. A reflexão sobre a ironia leva-nos à compreensão de que, para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de autodestruição do sentido. Em outras palavras: *a destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem.*

Este é um bom argumento para não se restringir a noção de linguagem a um mero instrumento de comunicação, ou pelo menos para, ainda que se permaneça no interior do esquema da comunicação, abrir espaço para a ideia de que não-comunicar também faz parte dele.

Em suma, a importância da ironia está em trazer para a reflexão estas diferentes ordens de questão na medida em que ela é um desses lugares em que o processo de autodestruição do sentido mostra seu funcionamento.

I. PRESSUPOSTOS



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

1. Encaminhamento da questão do sentido literal

A. A Retórica Clássica

Na Retórica, distingue-se a significação de uma palavra (*nomen*, *vocabulum*), que se chama *vis*, da significação imposta a uma palavra pela intenção do locutor, e que se chama *voluntas*.

A *voluntas* é a significação intencionada, o designado (Lausberg, 1966). É, com frequência, mais precisa que a significação de uma palavra na linguagem cotidiana.

A significação de uma palavra empregada em um texto depende, além disso, da *voluntas* atual que a sociedade em que o autor vive faz da linguagem, e guarda, também, uma relação com o *genus* literário (discurso jurídico, político, etc) com sua tradição, com o contexto etc. Essas são as suas determinações.

De acordo com a Retórica, na linguagem cotidiana, a uma palavra (*verbum*) corresponde um campo de realidade (campo de significação) que não é bem diferenciado em si, nem claramente delimitado para fora.

Dada esta *imprecisão (vaguidade) semântica*, para se dar às palavras um conteúdo significativo suficientemente determinado e uma extensão significativa o mais delimitada possível é preciso haver, segundo o tipo de discurso, uma *normalização* da linguagem cotidiana.

A normalização (*lex*) realiza uma cuidadosa seleção dentro desse vago campo de sinônimos, e, às palavras, assim selecionadas, lhes dá uma significação mais precisa e delimitada. Há, na normalização, *seleção* onomasiológica (processo da designação) e *precisão* semasiológica (processo da significação).

Em vista do que diz a Retórica a respeito da normalização da linguagem, e ainda de acordo com o que diz a propósito do *genus*, a designação de uma coisa ou realidade deve-se orientar não só por seu conteúdo efetivo e real, mas também pelo uso estandardizado da linguagem.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Por esta via, nos deparamos, no domínio retórico, com o conceito de definição: a *definição* é a perífrase de um conteúdo de uma palavra com a finalidade de delimitar a extensão significativa dessa palavra frente a possíveis sinônimos e com relação ao fato de que se trata.

Chegamos, assim, à noção de *unidade significativa* que, do ponto de vista de nosso estudo, pode ser o equivalente do que chamamos *sentido literal*. O que nos leva a dizer, em consequência, que o sentido literal é o da definição, ou melhor, é aquele que carrega a definição. Daí apresentar, em si, algo irreduzível à variação de seus diferentes usos.

B. A Linguística

A noção de literalidade não é questionada de forma explícita na tradição linguística clássica: ou já está suposta, ou é apenas mencionada nas várias teorias da linguagem.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Nesse nosso trabalho, não vamos tratar do extenso e complexo problema da significação em Linguística. Para nossos objetivos, bem mais limitados, basta apenas observar como se procedeu à distinção de diferentes aspectos da significação e se delimitou o que faz (e o que não faz) parte da Linguística. Incluímos nessa delimitação desde distinções modelares tal como a de Saussure — vale ressaltar a importância metodológica crucial da distinção significação/valor e seus similares — até trabalhos recentes da teoria da enunciação e da pragmática.

Nessas dicotomias, há sempre um dos polos que vai merecer a atenção dos linguistas², sendo que o outro aparece como secundário, dependente, ou é radicalmente excluído.

O ponto de referência para a dicotomização pode variar e os limites são de várias ordens: de caráter extensional, relativo à distinção sincronia/diacronia, ou à oposição entre o que é sistemático/não sistemático, determinado/não-determinado etc.

As dicotomias variam, mas, desde sua origem, a Linguística opera recortes, que colocam fora de seu campo de observação aquilo que não é considerado intrinsecamente linguístico. Posição esta que corresponde ao esforço *metodológico* exercido pelos linguistas no sentido de propor um estudo da linguagem que tenha seu objeto específico³ e próprio, sendo capaz de autonomia. Em suma, esforço que visa a constituir a Linguística como *ciência*.

A partir desse esforço, o estabelecimento de limites que definam o campo da Linguística, no domínio dos estudos semânticos, obedece basicamente a dois critérios complementares que são os mais utilizados:

² No caso de Saussure, é a noção de valor (significado) que, como se sabe, supõe a de sistema e se define pelas oposições. O exemplo clássico é a distinção *mutton/sheep* em que temos a mesma significação e valores diferentes que emanam do sistema de que essas unidades fazem parte. Em L. Hjelmslev (1968) temos uma distinção tripartida: significado (forma), significação (substância) e sentido (massa amorfa que não tem outra existência senão a de ser a substância de uma forma).

³ Cf. em L.Hjelmslev (1968) a distinção entre objeto teórico-específico (que é o objeto de conhecimento) e o objeto estudado.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

a. O critério que implica na relação entre o intra-linguístico e aquilo que deriva do conhecimento de mundo. Nesse caso, não faz parte do que se define como propriamente linguístico aquilo que, para ser interpretado, precisa do *conhecimento de mundo*. Exclui-se, assim, o domínio do que é antropológico, sociológico, psicológico, filosófico etc.

b. O critério que distingue a linguagem daquilo que é sua exterioridade, isto é, temos aqui a relação entre a linguagem e a *situação*.

Esses critérios complementares produzem como resultado recortes equivalentes, no sentido de que excluem fatos de mesma natureza: o não-sistemático, o não-formal (ou não formalizável), o contínuo, o circunstaciado etc.

Podemos dizer, grosso modo, que resguardadas as especificidades, o que Saussure exclui em sua distinção língua/fala corresponde ao que Chomsky exclui em sua distinção competência/performance, ou seja, de um lado está o sistemático, de outro, a anarquia e o desvio. Não desprezando a diferença que existe entre uma teoria do signo e uma teoria da sintaxe, entre uma teoria descritiva e uma teoria científica, podemos dizer que ambos, Saussure e Chomsky, se mantêm no interior da linguística imanente (ou chamada do *significante*).

Esse seria, pois, o quadro de referência geral para a questão da literalidade, ainda que a noção de sistema tenha sofrido alterações através das diferentes perspectivas linguísticas. Refiro-me especialmente ao fato de que já não se considera o sistema como estático (mas dinâmico), nem se pensa a estrutura como homogênea (mas capaz de heterogeneidade) e tampouco se opera com um sistema a-produtivo (mas capaz de criatividade infinita, ao menos aquela governada por regras). Além desses, há outros deslocamentos que vêm sofrendo o conceito de imanência em Linguística e que ao afetar a concepção da natureza das unidades com que se trabalha, consequentemente, afeta o conceito de literalidade.

Por outro lado, gostaria de destacar a definição geral de sentido literal, na tradição que faz referência ao contexto: *o sentido literal de uma sentença é o sentido que ela tem*



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

independentemente de qualquer contexto. Através do contexto, se têm os sentidos derivados, aplicadas as regras do discurso (de conversação etc.).

Cabe aqui a pergunta pela *natureza* desse sentido literal.

Pelo que pudemos observar, varia nos diferentes autores: uns enfatizam o fato de que é a unidade, o abstrato, o virtual, o sistemático, o discreto; outros destacam mais seu caráter básico e inerente e acrescentam que é fluido, cambiante e que só se precisa no contexto.

Nesse sentido, a derivação produz a precisão, uma vez que os sentidos derivados é que são determinados.

Nessa vertente - que considera que a significação precisa resulta da referência ao contexto em que se acha — reencontramos algo muito semelhante à distinção da Retórica Clássica entre *vis* e *voluntas*: uma, denominação ordinária e vaga, a outra, significação precisa, de enunciação e que está a serviço da intenção definida do falante em sua comunicação (cf., em *Linguística*, Mattoso Câmara, 1959, p. 139, quando distingue significação e sentido).

Diríamos que, paradoxalmente, o sentido literal é um e está em todos os usos possíveis; também paradoxalmente, o contexto é o que delimita e o que, no plural, é o que multiplica, tira os limites do sentido.

Aqueles que trabalham no interior da Linguística imanente, entretanto, eliminam desta relação (entre contexto e sentido literal) a sua dimensão paradoxal e se restringem ao domínio do que se produz como uno e delimitado, capaz de ser sistematizado: o preciso. É isso que faz, por exemplo, uma pragmática que *absorve* a noção de contexto, descaracterizando-a e submetendo-a às regras da imanência linguística.

Quanto à questão da literalidade, há autores que embora não neguem a sua existência, a relativizam. Podemos observar isso tomando a distinção entre sentido do enunciado/sentido da enunciação.

Para J.Searle (1979) já há, na constituição do sentido literal, o concurso de um contexto que ele chama de "suposições prévias" e que derivam do senso-comum. Essas



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

suposições introduzem o conhecimento de mundo. No entanto, preservando o sentido literal, ele mostra que a introdução dessas suposições na constituição da literalidade não afeta o princípio da exprimabilidade nem a existência do sentido literal. Esse autor preserva também a distinção entre, de um lado, o sentido literal, e, de outro, a metáfora, a ironia, as implicaturas e os atos de fala indiretos. Essa diferença mantém-se porque ele continua distinguindo a interferência desse tipo de contexto de outro tipo, isto é, ele opera com a distinção entre a natureza das suposições prévias e a do contexto de enunciação: o sentido literal é diferente do sentido da enunciação.

O. Ducrot (1980) também inclui um certo tipo de contexto na constituição do sentido literal. Ele distingue significação (com as instruções), sentido literal (instanciação referencial e argumentativa que produz um primeiro esboço de sentido) e variações ou efeitos de sentido. Mantém a distinção entre ato de fala primitivo e derivado, mostrando que o contexto age duas vezes: uma primeira, ao constituir o sentido literal e, depois, uma segunda, sobre o sentido literal, derivando dele as variações de sentido.

No desenvolvimento de seu trabalho, Ducrot vai mais longe do que apenas relativizar a existência do sentido literal, colocando o sentido primitivo já como construção do analista.

Nossa proposta, distinguindo-se em alguns pontos básicos desses autores, é a de que a variação é *inerente* aos sentidos e não há, de antemão, um sentido do qual derivam outros; há tantos sentidos quantos forem os contextos de utilização, ou seja, quantos se efetivarem no mundo⁴.

2. Sentido Literal e Figuras

A. A concepção de figura

⁴ Merece uma discussão específica, em relação à nossa proposta, os desenvolvimentos teóricos mais recentes de O. Ducrot.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Segundo Quintiliano — "*figura sit arte aliqua novata forma dicendi*" - a figura é a maneira de expressar-se que se afasta do modo corrente do falar cotidiano.

O decisivo dessa definição de Quintiliano é considerar-se a figura como *desvio* da forma corrente de falar.

Deve-se ainda ressaltar que, nessa concepção de Retórica, a figura é regida pela *arte*, mesmo se tem como fundamento a *natura*⁵.

Para ilustrar esta definição é interessante lembrar a metáfora da postura corporal que está em sua origem: a oposição entre a postura natural do corpo (*squema*) e o porte artístico (*figura*).

Achando-se a serviço do *ornatus*, para evitar o *taedium*, e pela superação do usual, ela comunica à palavra empregada uma nova significação que o falante expressa mediante sua *voluntas* e que o ouvinte reconhece pelo contexto.

Nessa acepção de figura como desvio, temos, em Mattoso Câmara (1959) uma definição que reflete certa concepção geral que dela têm os linguistas. Para ele, as figuras são aspectos que assume a linguagem para um fim expressivo, afastando-se do valor linguístico normalmente aceito. As figuras são: de palavra (tropo), que se refere à significação do semantema, desviando-se da significação normal; de sintaxe, as que alteram a estrutura normal da enunciação oracional; de pensamento, as que resultam de uma discrepância entre o verdadeiro propósito da enunciação e sua expressão formal (isto é, discrepância entre enunciação e enunciado).

Se observarmos como se definem as figuras em teorias que tratam da enunciação podemos constatar algumas diferenças entre elas.

Para Ducrot (1972), a figura é uma lei do componente retórico que orienta a derivação de um sentido a partir de um dado prévio de significação, ou seja, um sentido literal. Na

⁵ A arte é a sistematização do ensino e enobrecimento da atividade natural.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

verdade, é a indicação de como se *interpreta* um enunciado e a instrução de como se *deriva* o enunciado.

Na perspectiva de Searle (1979), o falante significa metaforicamente algo diferente daquilo que a sentença significa literalmente. Quer dizer: há uma diferença entre o sentido da enunciação e o sentido da sentença. Esta não muda de sentido, é o falante que lhe dá um sentido diferente. A metáfora está na "*utterance*" (enunciação) e não no "*uttered*" (enunciado). O que o locutor diz literalmente e o que ele fala metaforicamente diferem. Em outras palavras: o que ele *significa* é diferente do que ele *diz*.

Para Grice (1975), na derivação de sentidos, através das máximas, chega-se às implicaturas. Uma figura é uma implicatura.

Assim, para todos eles, podemos dizer que temos: sentido literal (ou convencional) → contexto → derivação de sentido, através de *regras* de conversação (ou *leis* de discurso, ou *condições de atos de linguagem*).

B. A ironia enquanto figura

a. Na Retórica

A ironia, tal como é definida na Retórica, é figura de pensamento, frente ao assunto e *per immutationem*, que é uma das categorias modificativas. Ela partilha seu espaço com a alegoria, a sinédoque, a ênfase, a hipérbole.

Há dois graus de compromisso na atuação prática: o *jogo* (ludus, otium, schola, diatribe) e a ocupação *séria* (sponde, ascolía, negotium). Entre eles existe intercomunicação pois, de um lado, o jogo prepara para a ocupação séria e, por outro lado, a ocupação séria tende a recuperar a possibilidade de atuar livremente, sem um fim determinado.

Então, de acordo com a Retórica, pode-se expressar um pensamento pensado a sério por outro pensamento; a *voluntas* tem, pois, dois planos: o sério, no qual se mentaliza a



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

verdadeira *voluntas* e o jogo no qual se mentaliza *outra voluntas* que, por sua vez, serve unicamente como meio expressivo da *voluntas* séria.

Na "*immutatio*" de pensamento, as palavras servem imediatamente para a expressão do pensamento pensado a sério.

A ironia, conseqüentemente, é definida como a expressão de uma coisa (séria) mediante palavras que significam o contrário (o jogo). Sendo que, na *voluntas*, ela se dá por esta relação entre o sério e o jogo.

Ela se apresenta na Retórica como uma arma da parcialidade: o orador está tão convencido de sua própria causa e da simpatia do público que usa a escala de valores de seu adversário, fazendo ver sua falsidade mediante o contexto.

Um exemplo típico e familiar aos linguistas, porque utilizado por Jakobson (1963), é o exórdio de Marco Antônio, na oração fúnebre de César, contra Brutus (Shakespeare): "*And Brutus is an honourable man*".

A *voluntas* do orador é, pois, tão forte que ajuda o triunfo da verdade. Além disso, pode ser considerada como uma arma da dialética da luta das partes. Mais adiante veremos como ela se configura como o confronto de dois *estados de mundo*, duas *ordens de razão*. Ou seja, a ironia, em qualquer perspectiva teórica, tem, em sua origem, uma dualidade, uma contradição.

Na Retórica, a ironia se divide em várias classes:

- dialética/epidítica (elogio/vitupério)
- contra pessoas estranhas/auto-ironia
- segundo os graus de energia etc

Pode, além disso, aparecer combinada com outras figuras.

Exemplo: ironia + ênfase = litotes.

Como a Retórica trata a figura como independente do contexto linguístico, considera que o contra-sentido é compreendido pelo tom ou pelo contexto extra-linguístico (para nós, analistas de discurso: exterioridade).



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Quanto a sua forma de atuação, vale acrescentar que ocupando lugar intermediário entre o fanfarrão (que fala demais) e o ignorante (que fala de menos), a ironia tende para o que fala de menos.

Essa tendência irônica de precaução foi tornada modelo por Sócrates, em seu método (B.Alleman, 1978).

Ainda quanto ao seu modo de ação, pode-se dizer que a ironia age de duas formas: pela *dissimulatio* (ocultação da própria opinião) e pela *simulatio* (finge-se uma opinião própria que coincide com a opinião da parte contrária).

A eficácia de seus efeitos deriva do apoio que ela tem em três virtudes: a clareza, a brevidade, a credibilidade.

Como é figura *per immutationem*, nela há substituição de um elemento, ou vários, por outros procedentes de fora e que não pertenciam ao conjunto originário. Como resultado, temos a modificação da identidade do conjunto: há dissonância.

Gostaria de ressaltar que também esse caráter de dissonância é uma característica fundamental que se mantém nas diferentes perspectivas teóricas com que se analisa a ironia. Podemos mesmo dizer que as várias propostas de caracterização da ironia correspondem a várias maneiras de se procurar dar conta da *dissonância*.

b. Em Searle, Grice e outros

A partir dos trabalhos de Grice (as implicaturas) e de Searle (a teoria dos atos), há vários estudos sobre figuras, centrados na ironia.

Exploraremos basicamente dois desses trabalhos por permitirem um desenvolvimento interessante de nossa via de reflexão.

Segundo E. Bollobas (1981), a ironia viola o princípio cooperativo – que é, para Grice, o reconhecimento de um propósito comum — e a máxima da qualidade. É, assim, um ato de fala em que não há conjunção da direção entre os interlocutores: o básico para a ironia é a



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

dissonância entre o conteúdo comunicativo *pretendido* e o conteúdo *apreendido*. Há, segundo esse autor, uma distância entre o sentido da enunciação e o da sentença: o falante comunica mais do que diz.

Nesse sentido, o que diz Searle é compatível com o que propõe E. Bollobas. Na interpretação da ironia entra muito das suposições prévias de que fala Searle, para quem as formas pelas quais o sentido pretendido se liga ao apreendido podem ser:

- pela negação literal
- pela expressão intencional da não-sinceridade; só os atos ilocucionais que têm como condição a sinceridade é que podem ser irônicos (aplica-se a atos de crença, intenção, desejo etc e não se aplica a atos como casar, batizar, etc).
- pelo questionamento da verdade da pressuposição (a ironia questiona o pressuposto).

Mas há pontos de discordância entre esses autores.

Para E. Bollobas, a ironia — como a alusão, a insinuação, a metáfora — pertence à categoria dos atos de fala indiretos.

Essa posição está em desacordo com Searle, pois, para este último, na ironia tem-se um *outro* sentido e não algo a *mais* como é o caso dos atos indiretos.

Uma posição que vai além das propostas feitas pelos autores que acabamos de citar é a de D. Wilson e Sperber (1978). Esses autores tratam a ironia como *menção*, noção essa que opõem ao *uso*. Quer dizer, segundo Wilson e Sperber, a ironia exprime algo a *propósito* do enunciado e não apenas por meio dele.

Dizem ainda esses autores que há todo um conjunto de enunciados que podem ser chamados irônicos. Assim, não se deve confiar na existência de *uma* categoria unificada a que se dê o nome de ironia. O que nos leva a concluir que não há ironia, há ironias.

Wilson e Sperber criticam a utilização da noção de implicatura conversacional em relação à ironia pois não se trata de dar conta do fato de que se diz algo a mais do que o literal, mas ao *invés de* (em substituição). Aí a noção de implicatura conversacional não é relevante. Se, na ironia, houvesse adição ao invés de substituição, resultaria em contradição; além disso,



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

nem todo enunciado irrelevante e falso é irônico. Logo, não se trata tampouco do problema da verdade, da máxima da qualidade.

Outro deslocamento interessante, efetuado por Wilson e Sperber, é o rompimento da relação entre o literal e o figurado. Eles propõem esse rompimento para manter a literalidade e excluir a noção de sentido figurado. Promovem a integração de aspectos semânticos, pragmáticos e retóricos, procurando explicar a ironia sem fazer apelo ao sentido figurado. Deslocam essa relação - literal/figurado - através da noção de *implícito*, de subentendido. Onde, na teoria clássica, se faz referência à figura, eles consideram o subentendido. Em suma, *consideram a figura como subentendido e não como desvio*.

Como veremos mais adiante, esse deslocamento, em nossa perspectiva teórica, não é suficiente pois a noção de subentendido mantém a ideia de um centro, de um origem única.

Quanto à menção, eles esclarecem que enquanto o uso envolve a referência ao que a expressão refere, a menção envolve a referência à expressão ela mesma.

Indo mais além, Wilson e Sperber definem a ironia como *menção ecoica*, isto é, menção com eco. Há a menção e o eco que expressa a atitude do falante à proposição mencionada.

O eco pode ter origem mais imediata ou mais longínqua. Alguns têm origem em enunciados atuais, outros, em pensamentos ou opiniões mais distantes. Em nossa perspectiva, esses mais distantes seriam os de contexto ideológico, e os mais imediatos os da circunstância atual de enunciação.

O alvo da ironia é aquilo a que ela faz eco.

Utilizando a categorização estabelecida por Voloshinov (1976) podemos dizer que ela se relaciona com o *discurso indireto livre*: no paralelismo de vozes, o locutor faz eco para mostrar sua diferença, sua discordância. O eco não é, pois, mera repetição. É, sobretudo, diferença, discordância, dissonância.

II. LITERALIDADE E DISCURSO



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

1. Processos Fundamentais

Temos considerado que há dois processos fundamentais para a linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico. São eles os responsáveis pelo limite impreciso e instável entre a pluralidade de sentidos possíveis e a permanência de um "mesmo" sentido em suas várias formas.

A tensão entre esses dois processos institui a diferença entre a *produtividade* — reiteração (paráfrase) de processos cristalizados na linguagem - e a *criatividade* - a instituição do novo (polissemia) pela ruptura do processo de produção dominante.

Tendo esses processos como referência e de acordo com a teoria do discurso, temos proposto que a literalidade seja considerada como efeito (ideológico) do discurso.

2. Dominância e Condições de Produção

A noção de literalidade como produzida (instituída) leva a concluir que não há, de antemão, um sentido do qual derivam os outros. Há vários sentidos em seus usos diversos. Dado o processo de institucionalização dos sentidos na interlocução, pela relação existente entre as diferentes formações discursivas (Pêcheux, 1975), um se torna *dominante* e adquire o estatuto de literalidade. Nessa perspectiva, a literalidade é que deve ser "calculada" pelo analista da linguagem.

Esse ponto de vista a respeito da literalidade é afetado por alguns conceitos: o de uso, o de história e o de completude.

A. Literalidade e Uso



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

A ruptura teórico-metodológica importante decorrente dessa proposta resulta em que a literalidade, para o falante, não é um dado pré-existente, mas, ao contrário, é um seu produto. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, mas institui uma relação dinâmica com os sentidos nas diferentes instâncias da interlocução.

Isto significa que, a cada vez que produzimos linguagem, instauramos a dominância de um sentido em relação aos outros e nesse mesmo gesto distinguimos explícito e implícito. Este é um recorte necessário de qualquer prática de linguagem. Nesse recorte — que divide explícito e implícito — está refletida a relação do falante com a "literalidade". Ao dizer, os falantes estabelecem um sentido (e não outro), por um (e não outro) enunciado, para um certo interlocutor (e não outro) com uma determinada finalidade etc.

B. Literalidade e História

Como, dadas as condições históricas, o sentido que se sedimenta é o dominante, a sua institucionalização lhe confere legitimidade. Da inserção dos diferentes usos na história (longa) resulta o efeito do sentido literal.

A história da língua é a história dessa dominância nos processos de significação.

Ao dizermos que a literalidade é produto da história, reconhecemos que há um movimento contínuo entre o processo de produção de sentidos e seus produtos de tal modo que há recobrimentos e deslocamentos em relação ao que está e ao que não está institucionalizado.

Nossa hipótese é a de que a história desse jogo de dominância, desse movimento, está inscrita em qualquer uso da linguagem. Em outras palavras: os "fantasmas" da história habitam o presente e os sentidos dizem (indicam) por onde circularam os seus diferentes usos. Daí a tensão entre um sentido e os vários possíveis. Daí a polissemia.

De certa forma, esta noção histórica de polissemia permite-nos trazer para a reflexão certos fatos de significação que tem a ver com o que poderíamos chamar, por um abuso de



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

expressão, a "transcendência" da linguagem. Entenda-se: a qualidade que a linguagem tem de transcender, de ir além.

Uma das formas de manifestação dessa "transcendência" foi explorada por Saussure nos *anagramas* (Starobinsky, 1974). No caso, Saussure questiona esse aspecto da linguagem no que respeita aos *sons*: o som pelo som, a significação, sem passar pelo referente.

Isto que estamos apontando seria o equivalente a este aspecto, mas no domínio dos *sentidos*. Ou seja, haveria um movimento tal de sentidos na *linguagem* que escaparia ao controle de seu uso. Inconsciente e ideologia – duas manifestações da história – impulsionariam o homem no uso da linguagem. Inconsciente e ideologia seriam a força da linguagem deixada a si mesma. Eles seriam a manifestação mais clara da “transcendência” de que estamos falando, no domínio do sentido.

A reflexão sobre a ideologia no processo de produção da linguagem passa necessariamente por essa questão — a do limite (ilusão) do sujeito — na medida em que procura restituir ao estudo da linguagem o processo de constituição do sujeito falante e da materialidade do sentido, ou seja, a sua historicidade.

C. Literalidade e Incompletude

Temos considerado como aspecto relevante do sentido o seu caráter incompleto (Orlandi, 1983).

A incompletude, tal como a temos proposto, se funda no fato de que todo discurso tem relação com outros discursos (intertexto)⁶ e com a situação em que é produzido (exterioridade). Em suma, o dizer tem a ver com o não-dizer e com outros dizeres.

A noção de incompletude da linguagem afeta as noções de literalidade e de sujeito, pois a afirmação de que há um sentido literal, dado e preciso, corresponde à concepção de um sujeito auto-suficiente e à da linguagem como entidade acabada e completa. Ou seja, às teorias

⁶ Caberia aqui explorar também a relação com o interdiscurso.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

da linguagem que, na teorização do sujeito, se iludem com sua completude, correspondem as teorias da literalidade em que o sentido literal aparece como sendo um, distinto, preciso, determinado, central e irreduzível. Essas formas de ilusão, a do sujeito e a do sentido, se complementam.

3. O elogio da não-transparência

As bases para essas afirmações que acabamos de fazer podem ser encontradas em autores como E. Benveniste e F. de Saussure.

Em seu artigo "Problemas Semânticos da Reconstrução" (1966) ao colocar a dificuldade que existe em se determinar se, e como, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo sentido, Benveniste dirá: "*o sentido de uma forma linguística se define pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes. Na presença de morfemas idênticos providos de sentidos diferentes, devemos perguntar-nos se existe um emprego no qual esses dois sentidos recobram sua unidade. A resposta jamais se apresenta de antemão*".

O texto de Saussure que está na origem de nossas colocações encontra-se no capítulo "Unité, identités et réalités diachroniques" (1962, p. 249): "*En effet pour que je puisse dire qu'une unité a persisté identique à elle même, ou que tout en persistant comme unité distincte, elle a changé de forme ou de sens — car tous ces cas sont possibles — il faut que je sache sur quoi je me fonde pour affirmer qu'un element pris à une époque, par exemple le mot français chaud, est la même chose qu'un element pris à une autre époque, par exemple le latin calidum*". Mais adiante, estendendo a mesma reflexão para fatos de sincronia, Saussure dirá: ". . . *il est tout interessant de savoir comment 'Messieurs' répété plusieurs fois de suite dans un*



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

*discours est identique à lui même, que de savoir pourquoi pas (negation) est identique às pas (substantif) ou, ce que revient au même, pourquoi chaud est identique à calidum"*⁷.

São afirmações como essas que estão na origem de nossa reflexão a respeito do contexto/da conjuntura histórico-social e sobre os limites difusos entre a paráfrase e a polissemia. Esta é, enfim, a base para a reflexão sobre a literalidade, na qual não separamos de forma estanque diacronia e sincronia, história e sociedade, uso e valor.

Um desenvolvimento interessante dessas reflexões está na proposta de integração da retórica, feita por A.Sercovich (1977) que, partindo da questão da infinita semiose de C.Pierce (1972), recusa a ideia de que o estudo da linguagem pode se ocupar unicamente da significação linguística estrita. Diz ele: "*Los distintos significantes de una lengua y la variedad de sus modulaciones constituyen los distintos modos en que el discurso se 'refiere a la realidad' y determina distintas representaciones de la misma en el sujeto. Las estrategias estilísticas o maniobras retóricas son constitutivas de la representación de la realidad determinada por los sentidos de un discurso, y los distintos discursos implican distintos tipos de procesamientos retóricos*".

Sercovich procura, então, fazer corresponder à relação triádica pierceana, a articulação de três campos complementares e interdependentes que resultam em três tipos de investigação que constituem a semiótica: uma teoria da referência, uma teoria da subjetividade e uma teoria da significação que inclua a retórica não como simples enumeração ou descrição de figuras (ou tropos) mas como processo constitutivo das práticas discursivas.

Deslocando a distinção denotação/conotação, através da reflexão sobre a sinonímia, esse autor dirá que a persistência, no discurso da Linguística, da sinonímia⁸ é um efeito do que ele chama a "*ilusão da invariante referencial*".

⁷ É interessante observar que, embora Saussure separe dicotomicamente o histórico (fala) e o social (língua), nessa passagem ele afirma a complexidade dessa relação, considerando conjuntamente o discurso, a gramática e a histórica.

⁸ Ou da paráfrase, com o que não concordo pois a paráfrase mantém uma relação necessária com a polissemia, sendo um processo (dinâmico) e não uma categoria descritiva de produto.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Por esta ilusão supõe-se que dois signos distintos possam referir a "mesma" coisa, como no caso de "cachorro" e "cão" ou de "pelo" e "cabelo"; dois signos podem denotar o mesmo ainda que sua forma seja distinta; um discurso pode referir-se à mesma realidade que outro ainda que seu "estilo" varie. De acordo com ele, isso só pode ser assim no interior de uma Linguística da denotação e essa noção (de denotação) é justamente o primeiro efeito da ilusão da invariante referencial.

Para dar conta dessa ilusão, ele dirá que:

1. Não existem meras manobras estilísticas ou estratégias retóricas;
2. Dois signos distintos remetem a distintas realidades.

Consequentemente, quando varia o significante também se modifica o fato designado pelo signo.

Mais radicalmente, para Sercovich, a própria realidade é construção simbólica.

A nossa colocação é a propósito da própria identidade do signo: em condições de produção diferentes, os signos se transformam. Por isso não se pode pensar o signo sem considerar o processo de produção pelo qual ele se constitui.

As marcas formais já são o produto de um processo de constituição do sentido que é distinto a cada uso. Ficar só nas marcas, nas "etiquetas", seria tomar o produto em si (a palavra "cão") sem se considerar a sua construção simbólica.

Aí está uma armadilha teórica: o processo só pode ser atingido a partir do produto, mas ficar neste é aceitar o engano.

A análise de discurso tem desenvolvido seu aparelho conceptual e analítico para observar de forma crítica esse tipo de problemas. Noções como as de "*formação discursiva*", "*campo discursivo*", "*famílias parafrásticas*", "*interdiscurso*", são elaboradas a fim de dar conta, operacionalmente, do processo de produção dos sentidos.

De forma geral, podemos dizer que é a falta de uma teoria semiótica da referência que alimenta a ilusão da equivalência semântica (sinonímia), de que se ressentem Sercovich: "cão" e



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

"cachorro" ainda que se refiram a um mesmo fato exterior, constroem diferentemente seus referentes internos, a partir de seu modo de existência em determinados contextos linguísticos ou circunstâncias extralinguísticas o que, conseqüentemente, produz sentidos diferentes.

Essa espécie de questão é tratada, discursivamente, junto a outras que dizem respeito aos sistemas de representação e às práticas significantes.

Segundo a análise de discurso, há necessidade de se abordar o problema da significação de uma forma que possibilite superar o behaviorismo e o positivismo que têm marcado a Linguística desde sua origem.

Para que essa superação se dê, é preciso: a) ultrapassar o limite da frase (combinatória estruturalista); b) não reproduzir as noções de língua (ideologicamente neutra) e código (cujo caráter é puramente informativo) em sua oposição à fala (lugar da anarquia e da obscuridade); c) reintroduzir o sujeito e a situação de comunicação; d) não "refletir", na teoria, a ilusão referencial da transparência da linguagem.

Essas observações levam a problematizar a noção de literalidade suposta em oposições como a de denotação/conotação na qual se alinha, de um lado, o componente cognitivo (da língua, do código) e, do outro, o afetivo (do nível da fala, das significações emotivas etc).

Esta crítica já tem sido feita pela semântica argumentativa, através do conceito de pressuposição, que propõe uma função polêmica para o discurso. Também pela teoria da enunciação, que introduz a reflexão sobre a *intersubjetividade*. Mas para se atingir mais fundamente a questão da significação não bastam essas críticas, é ainda necessário outro passo: ir-se além da oposição língua/fala e chegar-se a noções como as de *discurso* — enquanto dispersão de textos (Maingueneau, 1976) — e *texto* — enquanto dispersão do sujeito nas diferentes práticas enunciativas (Foucault, 1969).

Diríamos que há um percurso que reflete o desenvolvimento dessa proposta de superação, desenvolvimento este que tem seu ponto de partida na Lógica (signo/mundo), passa pela Linguística (língua/ fala), pela estilística (denotação/conotação), pela semiologia (noção



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

de sujeito) e desemboca no discurso (enquanto de-centração do sujeito nas práticas discursivas).

Abandona-se, na análise de discurso, a noção de conotação já que esta traz, subjacente, a ideia de *um* sentido primeiro (verdadeiro) ao qual viria se juntar uma "sobre-significação". Não há sobre-significação, há sentidos que são *diferentes*. Além disso, com a noção de sobre-significação a noção de conotação permaneceria presa da problemática língua/fala.

Por outro lado, não se trata tampouco de considerar a distinção entre posto/pressuposto como refletindo "*este arbitrário característico dos fatos de língua*" (Ducrot, 1972). Mais apropriado à nossa perspectiva é ter em conta que esta distinção diz respeito ao funcionamento do implícito inscrito na língua, considerando-se este implícito como um efeito ideológico *no* discurso (D. Malidier et alii, 1972).

Em suma, a análise de discurso propõe-se a dar um passo a mais que incorpora e ultrapassa a noção de sujeito da semiótica e a de implícito da semântica argumentativa, pela noção de *ideologia*.

Por esta proposta da análise de discurso, vai-se tratar das práticas discursivas e de sua regularidade em uma formação social. Abandona-se a problemática centrada no sujeito falante para se formularem questões em termos de *sistemas de representação*. Entram em consideração, através desse deslocamento, duas entidades incomensuráveis — a ideologia e o inconsciente — que implicam a noção de história, ou, talvez, histórias.

Com isto está-se questionando a distinção entre enunciação (enquanto ato individual de utilização da língua) e a constituição da significação (processo de produção do sentido). Por aí também se procura ultrapassar a ideia de um sujeito falante definido por sua evidência perceptual, o sujeito empírico, psicológico, transparente a si mesmo. Ideia essa que mantém a teoria da enunciação no escopo do empirismo.

Por outro lado, ao incluir a relação com a exterioridade, ao se pensar o discurso como prática significativa, pode-se, ainda, estar apenas estabelecendo uma *correlação* entre o



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

domínio linguístico e o dessa exterioridade, o que não permite que se vá além das posições behavioristas (como no caso da Sociolinguística).

Para se chegar a uma relação com a exterioridade que não resulte em mera correlação (homologia), é necessário se procurar a unidade do discurso não só em suas marcas "na coerência visível e horizontal dos elementos formados", mas *antes* disso, como diz Foucault (1969, p.94): "*no sistema que torna possível e rege essa formação*".

Isto é, precisa-se procurar as regras da sua organização interna e as de sua articulação com outras práticas (discursivas e não-discursivas). O que, em análise do discurso, se define como o estabelecimento das condições de produção do discurso, da determinação de seus processos de significação. E aí não se pode desconhecer a relação entre a linguagem e a ideologia, ou seja, o funcionamento dos sistemas de representação.

Por essa via se constitui uma teoria das práticas discursivas ligadas ao conjunto das outras práticas de uma formação social⁹.

Todas essas considerações têm a ver com a questão da literalidade, na medida em que esta resume em si toda uma *proposta* sobre o processo da significação na linguagem. Daí a necessidade, já que se está fazendo um deslocamento teórico, de afirmar que a literalidade não preexiste, mas se constitui no próprio ato de dizer. Mais do que isso: a "literalidade" é produzida e resulta de um compromisso histórico do sujeito com "seu" discurso.

De um lado, historicamente, o sentido instituído como dominante entra como tal nas condições de produção dos diferentes discursos. Por outro lado, o falante tem um compromisso histórico com "seu" discurso, como um evento de sua fala, enquanto (sob a forma de uma ilusão) é sujeito de seu dizer. Essa tensão está inscrita na significação, e é no seu interior que se institui a literalidade¹⁰ (8).

⁹ Um exemplo de análise que procura chegar aí é o de Maingueneau (1984).

¹⁰ Para explorar mais demoradamente a relação sujeito, literalidade e pressuposição cf. Paul Henry (1977).



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

A literalidade é um efeito do discurso. Um efeito ideológico. A Linguística imanente ao partir desse efeito ideológico o reproduz de forma acrítica em sua reflexão.

Nesse sentido, podemos dizer que há uma *política da literalidade, inscrita na Linguística*.

III. A QUESTÃO

Já tivemos a oportunidade de explorar algumas consequências da afirmação de que o sentido literal é o sentido dominante produzido e não o primitivo:

- a. Consequências relativas ao deslocamento do lugar metodológico ocupado pelas regras conversacionais (Orlandi, 1983);
- b. Consequências do domínio da leitura (Orlandi, idem);
- c. Consequências que incidem sobre a distinção entre implícito e explícito, ou seja, sobre o fato de que é na própria prática do dizer que se delimitam explícito e implícito e não previamente à ela.

No presente trabalho, procurarei verificar as consequências dessa afirmação em relação ao que se tem chamado "uso figurado" da linguagem.

A questão que coloco, então, é a seguinte: *se não considero que há um sentido literal, dado previamente e, se, de toda forma, se mantém uma distinção entre outros usos da linguagem e aquele que se costuma chamar figurado, onde é que está localizada esta distinção?*

IV. PROPOSTA



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

1. Um tipo de discurso¹¹: o discurso irônico

Dentro da perspectiva em que venho considerando a significação, um primeiro deslocamento fundamental, como dissemos, é não realizar a distinção entre sentido literal/sentido figurado.

Wilson e Sperber, como vimos, produzem um deslocamento do sentido figurado para o subentendido, mas mantêm a noção de literalidade. Nosso objetivo é, ao deslocar um dos polos, deslocar também o outro: nem figurado, nem literal.

Fazemos esse deslocamento através da noção de *tipo de discurso*, pensando seu *funcionamento*. Não como em B. Alleman (op.cit.) que mesmo se já fala em *modo* (tipo) de discurso, diz que o mesmo deve ser visto como fenômeno literário e acaba por afirmar que nesse modo de discurso há oposição transparente entre o que se diz *literalmente* e o que significa *verdadeiramente*.

De nossa parte, procuraremos estender essa concepção de modo ou tipo de discurso para além do literário e da questão da verdade.

Por outro lado, concordamos com a afirmação de B. Alleman de que a ironia não tem a ver com a atitude pessoal e arbitrária do autor, mas com um *estado de mundo* que se revela.

Gostaríamos de ressaltar, no entanto, que não consideramos a existência de um estado de mundo irônico, já dado, e depois uma maneira de expressá-lo pela linguagem, mas *um estado de mundo que se diz irônico*. Não postulamos a anterioridade nem do estado de mundo nem da forma de discurso: são simultâneos e reciprocamente constitutivos.

A ironia, e as "figuras" em geral, não são apenas "meios expressivos". Elas constituem estados de mundo. Não há um conteúdo e uma expressão separados, assim como não há esta separação entre sujeito/linguagem/ mundo. Constituem-se em suas relações, quando pensamos os processos de significação.

¹¹ Atente-se ao fato de que considero o tipo um funcionamento discursivo que se cristaliza (E. Orlandi, 1983), estrutura que se estabelece como tal, por questões de dominância e da história.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

É justamente esta a noção de tipo: a cristalização, historicamente legitimada, de um funcionamento discursivo¹² (9) que, por sua vez, é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um ouvinte determinado, com finalidades específicas. Ou seja: uma prática de linguagem circunstanciada.

Na “interlocução”, na prática discursiva, quando as palavras constituem um determinado universo do dizer, há ironia. Ela não está no locutor, não está no ouvinte, não está no texto: está na relação que se estabelece entre os três. Mesmo o que não parece irônico, pode sê-lo; depende da relação que se estabeleça.

Para sermos mais incisivos, diríamos que, na ironia, joga-se com a relação entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado – os discursos instituídos, o senso-comum – e outros estados de mundo. Essa é uma característica básica da ironia.

Não se trata, pois, de um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário do que se pensa. A diferença vai muito mais além e significa multiplamente.

Ao considerarmos a ironia como tipo de discurso, negamos que ela seja um desvio: ela é o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico.

Esse lugar incorpora a menção ecoica que mostra, com sua forma própria e específica, a relação entre o mesmo e o diferente, o fixado e o possível.

O tipo – tal como definimos enquanto cristalização que resulta de uma atividade estruturante determinada, ou seja, de um funcionamento discursivo particular – estabelece, para o discurso, a relevância de fatores significativos de maneira específica produzindo um recorte característico das condições de produção. Assim, o tipo estabelece o quadro de relevância para o discurso e, uma vez estabelecido este quadro, a relação com a construção discursiva do referente dar-se-á de acordo com ele, e a forma como se consideram os elementos relevantes da situação para a significação dependerá deste quadro.

¹² Para a relação tipo - funcionamento cf. Orlandi, 1983. A ideia de produto está vinculada, aqui, ao princípio metafísico da ironia das coisas, dos estados de mundo; a de processo se liga ao fenômeno estruturante.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Fazendo um paralelo com E. Benveniste, diríamos que assim como esse autor propõe que se distingam planos de enunciação (discurso/história), falaríamos preferentemente em *modos* de enunciação (ou de interlocução) que estabeleceriam a distinção que tradicionalmente se atribui a discurso figurado/não figurado. O conteúdo desta distinção estaria na relação entre estados de mundo distintos. A essas diferenças corresponderia uma tipologia, diferentes funcionamentos.

Desta forma, pensamos ter delimitado o “*conteúdo*” dessa distinção. Resta-nos ainda definir o *modo de funcionamento* dessas formas discursivas, desses tipos distintos.

2. As condições de significação do discurso irônico

Pelo processo da metacomunicação, ao se configurar, o tipo mostra-se como tal. Isto é, a atividade metacomunicativa garante (indica) a identificação do tipo, embora, na maior parte das vezes, essa configuração possa se dar de forma inconsciente (ideologicamente) enquanto reprodução de um modelo.

A metacomunicação — que suspende, pela auto-referência, a atividade de dizer de sua situação específica — é um processo geral que também funciona em relação ao discurso irônico. A particularidade da ironia é que ela se beneficia da dúvida, de tal forma que a própria auto-referência produz a incerteza, pois é esta que constitui a eficácia da ironia em qualquer de suas dimensões.

Qual é o quadro de relevância das condições de significação do discurso irônico?

A ironia se dá pelo estabelecimento de uma região significativa, de um espaço de linguagem em que não só simulações, mas também alusões e mesmo rupturas de significação podem ser desenvolvidas. Este espaço pode ser visto na perspectiva: A) dos interlocutores; B) do referente; C) da própria linguagem.

A. Dos interlocutores



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Na relação entre sujeito locutor e destinatário a ironia instala uma forma de polifonia: o jogo dos subentendidos se exerce para expressar algo *a propósito* dos enunciados.

Cria-se uma distância crítica em que se leva em conta, ao mesmo tempo, a intenção manifesta do locutor (sujeito) e os modos de engajamento do seu interlocutor. Estabelece-se uma forma pela qual o locutor (sujeito) pode marcar sua posição em relação ao enunciado, ou ao pensamento do qual faz eco e, conseqüentemente, em relação ao seu interlocutor. Esse eco tanto pode ter como alvo o destinatário (sarcasmo) como a si mesmo (auto-ironia), sendo a relação ou de oposição ou reflexiva. Nesse caso o da auto-ironia, o interlocutor/destinatário visado é o próprio locutor.

Vale lembrar que a menção é feita sobre a proposição e não sobre a expressão, isto é, é a respeito do conteúdo da sentença (discurso indireto livre) e não parte material dela (discurso direto).

Pelo mecanismo da menção, estabelece-se na ironia um suporte linguístico articulado que comporta uma espécie de comentário contínuo das mensagens produzidas, entre locutor e destinatário (G.Almansi, 1978).

A ironia é um acontecimento discursivo¹³ que comunica e, ao mesmo tempo, recusa de comunicar, mantendo o estado de dúvida.

Ludicamente, e de forma própria, a ironia aponta para o insólito, para o non-sense, para a ruptura. E esse é um jogo que se produz não só em relação ao destinatário, mas mesmo em relação ao sujeito locutor, que também é prisioneiro das condições de seu próprio jogo.

É característica desse modo de relação discursiva a forma pela qual se dá a antecipação (representação do que o outro se representa): partindo do instituído, o sujeito locutor atribui ao destinatário um discurso "normal", um conjunto de opiniões estabelecidas, e produz uma in-

¹³ Observe-se que, a esta época, eu não conhecia o texto de M. Pêcheux "Estrutura e Acontecimento", portanto este uso que faço não deriva de sua leitura. Mas pode-se sim pensar a ironia como um acontecimento discursivo, observando o que diz este texto de M. Pêcheux.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

versão ou mesmo um rompimento. Ele parte da ideia de que o outro diria o estabelecido (o mesmo) e responde a isto, antecipadamente. Daí o efeito de eco e rompimento (o diferente).

Joga nesse efeito de sentido produzido pela ironia toda espécie de mitos sociais: o mito da honestidade, o da sinceridade, etc. A relação com esses mitos evidencia-se e se rompe.

Em suma, o que caracteriza a relação entre sujeito locutor e destinatário é que, no jogo de antecipação, o sujeito locutor faz eco à representação que atribui a seu interlocutor, mas o faz para indicar sua diferença. Trata-se de uma relação de discordância (real ou imaginária).

B. Do referente

O que marca essa relação é justamente a possibilidade do deslocamento dos valores verdade/não-verdade.

Ao não aceitar categoricamente as formas de mundo já dadas, a ironia estabelece, pelo jogo da linguagem que tem a forma de eco e ruptura, a relação com outros estados de mundo. Está aí sua força de relativização.

Tendo como apoio o senso-comum, a ironia aponta para a relatividade desses estados de mundo fixados. Esta não é uma atitude arbitrária e pessoal do autor, mas um procedimento pelo qual instituem-se outros estados de mundo, deslocando-se o senso-comum.

Essas considerações se fundam em uma concepção de linguagem que vai além da transmissão de informação e que não se limita à função de instrumento, como dissemos anteriormente.

Observando-se a ironia não como desvio, mas como a instauração de um outro modo de interlocução, ou melhor, de um outro tipo de discurso, outro funcionamento, consideramos que este modo configura outro estado de mundo.

Uma teoria da linguagem apropriada não isola ou formaliza artificialmente a entidade "língua", enquanto puro sistema de signos e informações. Ao contrário, deve levar em conta o que, segundo B. Alleman (ibid.), se pode chamar *intencionalidade da língua*: a língua diz sempre "algo" que não é apenas um conteúdo de consciência mas tem mais a ver com este



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

"estado de mundo" que só podemos atingir pela língua ela mesma. E há, na própria língua, uma dialética e uma reflexividade que a constituem e que jogam em seus limites. Aí incide a ironia.

Pela ironia, colocamos em jogo nossas convicções, ou seja, nossas "suposições prévias" que garantem o funcionamento do senso-comum.

Suspendemos a relação com o senso-comum em vários domínios; em relação à própria língua e ao uso que fazemos dela; em relação ao conhecimento; em relação ao real; em relação aos mecanismos sociais etc.

A ironia coloca em causa um corte essencial em que jogam nosso universo linguístico, cultural, ideológico, através da relação crítica com o senso-comum (ou com a ordem legítima).

A menção ecoica, a distância crítica, se faz sobre o senso-comum. Para ter efeito irônico, o discurso deve instaurar alguma coisa de insólito, de incongruente, pressupondo a congruência e solidez do senso-comum. Essa *incongruência* pode ser observada em sua função de ruptura, de destruição.

Segundo o princípio da congruência (Osgood, 1979), o espírito tende a sintetizar um sentido comum qualquer que seja a distância e a incoerência dos elementos aproximados. Na ironia, esse princípio produz um efeito dissonante: elementos com sentidos incongruentes (polissemia) são aproximados, são postos em conjunto (paráfrase). Ao se aproximarem as diferenças provoca-se uma ruptura.

É isso, creio, que é mencionado por A. Henault e M. Callamand (op.cit.) quando dizem que há uma explosão do discurso que se opera pela remissão a uma dimensão paradigmática de todo um conjunto fortemente organizado anteriormente sobre o eixo sintagmático, reduzido, então, a um ponto, cujo significante é remetido ao conjunto mais amplo. Quer dizer que há um duplo movimento: a expansão (polissemia) é seguida de uma forte condensação de sentidos (paráfrase) que se projeta na expansão (polissemia). O que produz o duplo movimento é a irrupção de um elemento heterogêneo (manifestado pela menção ecoica) no processo da significação.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Essa *dissonância* pode ser observada em relação à cultura e à ideologia.

Um procedimento da ironia que ilustra essa instância — e que se faz pela menção — é o jogo dos domínios estereotipados, isto é, dos conjuntos institucionalizados, organizados, que se situam no nível dos grandes modelos sócio-culturais de qualquer grupo social.

A ironia, ao se constituir, estabelece um conflito, ou pelo menos um paralelo, um mecanismo de *comparação*, com um modelo. Modelo que se situa em domínios variados como o dos tipos de discurso (religioso, jurídico, etc), ou da autoridade constituída (poder, política, escola, igreja, exército etc), ou com a adversidade (morte, miséria, doença etc), ou com necessidades materiais (órgãos e funções) etc.

Esses domínios variados constituem, por assim dizer, o campo produtivo, a matéria prima da ironia.

Pela relação crítica que mantém com o senso-comum, seria interessante explorar, na perspectiva da argumentação, o fato de que a ironia opera uma inversão nas escalas argumentativas (Ducrot, 1973) tal como elas estão estabelecidas pelo instituído. Nesse caso, seria fecundo observar, por exemplo, como se opera com essa inversão, no campo produtivo da ironia.

Há ainda um aspecto histórico-social, talvez mais periférico, que vale a pena observar. Trata-se do fato de que a produção e a apreensão da ironia é histórica e socialmente determinada. Há uma distribuição histórico-social desigual em relação às convenções e situações nos quais ela funciona.

As situações irônicas não são fatos brutos, mas construções. Cabem então, a esse respeito, duas observações. Primeiro, o fato de que uma ironia como a de Voltaire, por exemplo, contra a Providência, era mais eficaz no século XVII do que o seria hoje. Por outro lado, cabe questionar quem pratica a ironia por predileção: que grupos? que partidos? que seitas? em que épocas?

Além disso, os efeitos da ironia são diferentes segundo aqueles que a praticam e seus lugares sociais. Para se verificar isto, basta analisar como é recebida por um superior a ironia



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

de um seu subalterno: continua sendo ironia ou é categorizada como mera grosseria? Cabe perguntar-se: a ironia só tem graça quando é respeitada a hierarquia? Há lugares privilegiados para a ironia?

Assim, podemos explorar de forma múltipla a relação da ironia com a construção do referente e com os sujeitos, na perspectiva discursiva que leva em conta a relação com o senso-comum, com a cultura, com a história etc.

C. Da própria linguagem

Além de ver a ironia como tipo de discurso que traz à cena a relação entre diferentes estados de mundo, podemos vê-la como *chiste*. Podemos, então, dizer que a ironia só é eficaz se (e quando) produz o prazer do jogo.

Como chiste, como jogo de palavra, a ironia mostra que há um uso da linguagem que se volta para ela mesma. Como para qualquer discurso lúdico, o *télos* desse discurso é o próprio discurso. Não há uma finalidade prática imediata, mas indeterminada.

Há uma transformação da relação entre os sujeitos interlocutores, pois o lúdico instala uma modificação no funcionamento do discurso.

Enfim, a ironia é "figura" (funcionamento discursivo) de conflito para fora (com o mundo) e em relação à própria linguagem.

O mecanismo da ironia tem, pois duas modalidades: como *contemplação*, ela se volta para fora, e como *auto-reflexão*, ela se volta para si mesma.

Dito de outra forma, na ironia a duplicidade do texto é a dupla exposição, no sentido fotográfico (L. Hutcheon, 1978), que resulta em dissonância.

Nesta perspectiva, o texto é objeto de funcionamento do que se pode chamar a estética auto-referencial. Ele pode assumir, por si mesmo, a responsabilidade de sua duplicidade: ao repetir, desloca; ao insistir na igualdade, difere. Esse é o seu modo de constituição e daí deriva seu efeito de eco e ruptura.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Passemos à observação das formas da duplicidade e da dissonância.

a. Como contemplação, como teoria.

Em grego, *teoria* tem origem religiosa e significa enlevo, contemplação, distanciamento. De acordo com essa etimologia, ao produzirmos a ironia, fazemos teoria no próprio uso da linguagem: quando ironizamos, teorizamos o discurso.

A ironia tematiza a própria natureza da linguagem e a instauração dos processos de significação. Incluimos, nessa característica da ironia, também a tematização da literalidade.

Por isso, o estudo da ironia nos é extremamente produtivo: ao tomarmos a ironia para refletir sobre a questão da literalidade, acabamos (ironicamente) por tomar como objeto de estudo uma "figura" que, para sua constituição e funcionamento opera, ela mesma, com a literalidade, ou melhor, *contempla* (teoriza, interroga) a literalidade.

b. Por outro lado, este distanciamento, no dizer de Tomashevski, significa que a ironia, ao modificar a função do texto é um procedimento de "estranhamento".

De acordo com essa concepção, a incongruência de que falamos anteriormente é a que existe entre duas unidades em relação estrutural. Essa relação se faz pela repetição de uma identidade e a colocação de uma diferença. A ironia funciona então como um princípio de estruturação textual (P. Haidu, 1978) em que há uma dissonância produzida pela repetição e pelo deslocamento simultâneo.

A ironia pergunta pela linguagem. E faz isso a partir da própria linguagem. Atua nos seus limites. Atenta contra sua "integridade", ou seja, contra seu produto instituído. Dessa forma, podemos tomar a autodestruição da linguagem como funcional, como parte dela. Sem isso a linguagem estacionaria, não diria mais nada. A ironia é *um*, mas certamente existem vários *modos* de significar que constituem esse processo linguístico de destruição do sentido. Processo em que a linguagem se nega e se reconstrói.

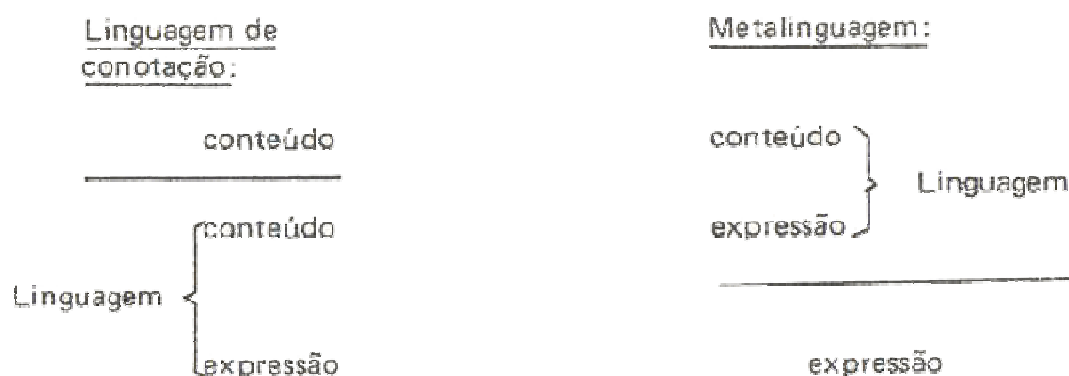
É dessa forma que o processo de significação da ironia produz o estranhamento ao voltar-se sobre si mesmo.

Através da ruptura, instala-se a autodestruição do sentido ao mesmo tempo em que se desencadeia um processo de significação que tem sua origem na metacomunicação e na intertextualidade. Esse processo de significação coloca em funcionamento o meta e o intertexto: discurso *sobre* o discurso e discurso que *evoca* outro (alusão, citação, imitação etc).

Essa seria a interpretação mais consequente para dar conta dos mecanismos da ironia que funcionam ao mesmo tempo como *eco* e *ruptura*.

O recurso a certas distinções propostas por Hjelmslev pode ter uma função esclarecedora desse duplo mecanismo desencadeado pela ironia e, provavelmente, por outros tipos de discurso.

Para Hjelmslev, como sabemos, há dois planos na linguagem, o do conteúdo e o da expressão. Ele distingue *o sinal* que se liga a um plano e os *conotadores* que se ligam a mais de um plano da linguagem. Separa, então, linguagem de conotação e metalinguagem, porque esta é uma linguagem científica de que um plano (o do conteúdo) é uma linguagem, e aquela é uma linguagem não-científica de que um plano (o da expressão) é uma linguagem.

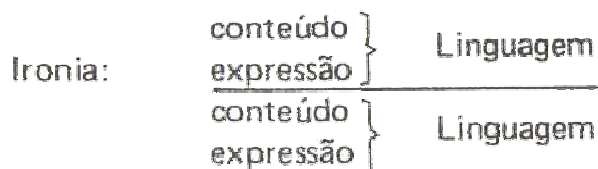


Interessa-nos, dessa reflexão de Hjelmslev, reter o que ele diz sobre os planos da linguagem em suas relações e não a ideia de conotação. Isto é, interessa-nos a definição relativa dos planos.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Mantendo essa ressalva, podemos dizer que o que acontece em relação à ironia é que há uma sobredeterminação de planos, ou seja, há uma duplicidade estrutural dos planos da semiótica: a ironia põe em funcionamento a linguagem de conotação e a metalinguagem *ao mesmo tempo*. Poder-se-ia dizer que a ironia é "metaconotativa", sendo que nela cada um dos planos é, por si, uma linguagem:



3. Uma consequência importante para a teoria do discurso.

Até agora exploramos as consequências de ser a ironia um tipo de discurso, um modo de interlocução, um funcionamento típico e não uma figura (desvio).

Uma consequência mais importante é, a meu ver, o seguinte deslocamento teórico que passarei a comentar.

A ideia de figura como desvio supõe que o discurso corrente é o modelo (neutro) e os outros são alterações em relação a ele.

Dessa forma, coloca-se o discurso cotidiano (que na realidade é absolutamente heterogêneo e fragmentário) como o inicial, originário: o canônico, o primitivo. Idealizado. No entanto, essa hierarquização já é resultado de uma construção de caráter histórico-social. Não se pode afetar o discurso cotidiano desse valor (imane) de categoria primitiva (que se confunde, aliás, com "natural").

Fazendo-se um paralelo com a literalidade, podemos dizer que, assim como se atribui ao sentido literal uma irredutibilidade que apareceria nos diferentes usos e contextos, também



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

ao discurso cotidiano atribui-se uma irredutibilidade que seria padrão para o desvio, para o uso da linguagem "figurada".

No entanto, o discurso cotidiano não é nem transparente, nem homogêneo, nem modelar.

Essa aparente irredutibilidade do discurso cotidiano é *produzida* e só pode ser proposta *a posteriori*, isto é, o discurso corrente só recobra sua unidade com a análise dos diferentes discursos. E é apenas um deles. A sua irredutibilidade é função do senso-comum e do papel desempenhado por ele na relação entre sujeitos interlocutores.

Para verificar isto basta observarmos o processo de transformação das "figuras" (cf. a metáfora morta) que perdem seu caráter figurado e integram-se ao uso corrente. Só por reconstrução histórica é que apreendemos seu caráter "figurado", metafórico.

Considere-se também o fato de que a "metáfora" é onipresente e, portanto, desse ponto de vista, indistinta. Um simples enunciado como "*Peguei o ônibus, atravessei a cidade e desci em casa*" seria impossível sem metáfora e, no entanto, não existe nada mais cotidiano que esse enunciado.

A configuração de um discurso corrente em oposição ao figurado não é pois um dado apriorístico e imanente mas tem caráter circunstanciado. Tem uma história.

4. Marcas e Propriedades da Ironia

Finalmente, resta-nos caracterizar a ironia através de marcas e propriedades (Orlandi, 1983), que são os elementos que definem qualquer tipo de discurso, qualquer funcionamento discursivo.

Para chegar ao estabelecimento dessas determinações - e como nada há de novo sob o sol - fizemos um retorno aos gregos.

Tomamos, então, como centro da reflexão, Sócrates e seu método irônico.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Se é verdade que as palavras guardam os lugares por onde andaram, a própria palavra *ironia* também guarda sua história. E esta história tem um começo em *éiron* que significa *perguntar*. Como dissemos, anteriormente, entre o fanfarrão e o ignorante, está o que pergunta. Este é o fundamento do método socrático.

Sócrates, em seu método irônico, pela pergunta, instala-se no nível dos princípios do discurso enquanto seus interlocutores se alojam no interior das doutrinas fixadas¹⁴. Sócrates pergunta pelo que ele sabe.

Podemos considerar, desse modo, a ironia como ruptura no nível dos princípios, ou seja, do próprio estabelecimento dos processos de significação da linguagem. Pela ironia, questiona-se a natureza da linguagem, questiona-se a inserção no senso-comum, questiona-se o funcionamento da ideologia e a própria constituição da significação. E, ao questionar, põe-se em funcionamento mecanismos que impedem que a linguagem estacione e pare de significar.

Isto, para a linguagem. Para o sujeito falante, a ironia pode ter finalidades mais ou menos "nobres". O sujeito falante pode usar a ironia para romper o estabelecido, ou para evitar que isso aconteça; para dar a palavra a outrem ou para impedi-lo de falar etc. Mas qualquer que seja sua finalidade prática, ele estará operando, no nível do funcionamento da linguagem e de seus processos de significação, com a ruptura e a dissonância¹⁵.

A. A propriedade do discurso irônico

¹⁴ Agradeço a L.B.Orlandi a oportunidade de certas observações a esse respeito em conversa pessoal.

¹⁵ Lembraríamos aqui a relação (diferença) que existe entre o estatuto jurídico do locutor e a sua situação concreta. É essa relação que se mostra quando se observa o fato de que, ao prometer, o falante se engaja na promessa, ainda que não a cumpra; ou que faz com que a metáfora "*A chama que me aquece*" seja uma metáfora que refere o amor, ainda que o falante, ao dizê-la, não esteja sentindo amor nenhum. Assim também quanto à ironia, diríamos que o relevante é que, ela é, em si, uma função crítica da linguagem.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Esta *propriedade* pode ser formulada da seguinte maneira: é a dissonância entre os planos do sujeito locutor e de seu interlocutor sendo que a forma dessa dissonância é dada pelo fato de que o sujeito locutor questiona, no nível dos princípios do discurso, o sujeito interlocutor visado que está no bojo desse discurso, inserido (previsto) portanto no interior de seus princípios.

A dissonância entre locutor e destinatário, através do questionamento (da suspensão) resulta no distanciamento crítico, na ruptura. Relativiza-se o mesmo (paráfrase, eco, "metalinguagem") através da alusão ao diferente (polissemia, estados de mundo, "conotação").

A força positiva da ironia é esta: dada a institucionalização do processo de significação e a instalação da dominância do "mesmo", ao questionar, ela desenvolve mecanismos que mexem com a tendência do sentido em degenerar em pura convenção. A ironia desloca processos de significação já instalados.

O risco é o distanciamento irremediável, a vertigem do non-sense, o inefável, o silêncio. Assim como a paráfrase, na medida em que se mostra no seu exagero (a colagem), ao invés de apenas re-produzir, pode, pelo excesso de semelhança, revelar a diferença, também a radicalização da polissemia indica o outro extremo: a multiplicidade de sentidos, no limite, pode apontar para o silêncio.

A eficácia da ironia está, no entanto, em se manter em estado latente e incompleto. Ela é um gesto de significação¹⁶ incompleto sob vários aspectos, inclusive nesse: estabelecendo a tensão entre todos os sentidos e nenhum, ela arrisca diluir-se no nada sem, no entanto, cumprir o risco da inefabilidade.

Fazendo o jogo entre o significado mínimo (o fático?) e o significado múltiplo (o poético?), a ironia é um gesto significativo que só se completaria na negação da linguagem.

¹⁶ No texto inicial, empregamos a palavra "ato". Como esta palavra ficou fortemente comprometida com a teoria dos atos de linguagem e a análise de discurso afastou-se cada vez mais com suas noções, a palavra gesto de significação ou gesto significativo é hoje certamente o que corresponde ao que se diz aí.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Ameaça que se instala, mas que não se cumpre. Daí ser um gesto paradoxal no qual convivem a vontade do sentido absoluto concomitante à sua total destruição.

B. Vejamos agora as *marcas* que podem ser referidas à propriedade do discurso irônico:

a. no nível do texto, as marcas são manifestadas por: menção, antítese, perífrase, interrogação etc. b) ao nível da gramática temos: confrontação de elementos de estilos diferentes; jogo entre som/sentido; repetição; mudança de registro; tom (dubitativo, de aprovação etc) e outras que resta determinar.

V. A LINGUAGEM SEMPRE DESEJADA

A ironia afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase) e vice-versa. Expõe a indeterminação e a incompletude da linguagem e, por isso, deixa exposta a ilusão de que ao dizer estamos no irredutível, no único, no definido. Ao fazer isso, ela nos mostra presos da vontade do mesmo. Creio que há formas desse desvelamento/exposição que, ao invés de apontar para o mesmo, apontam para o múltiplo: talvez a *piada* seja um bom lugar de observação dessas outras formas.

De qualquer maneira, como conclusão ainda que provisória, gostaríamos de reafirmar que a ironia não é *desvio* e não é um sentido *a mais*. É um sentido *diferente* que se instaura porque as condições de significação do discurso irônico são diferentes de outros tipos, de outros funcionamentos do discurso.

Resta dizer que, assim como não separamos linguagem e mundo de forma estanque, nem sujeito locutor e sujeito destinatário de forma categórica, também não podemos considerar a separação entre conteúdo e meio expressivo.

Não há um conteúdo separado de uma expressão como se houvesse uma sequência Locutor-Linguagem-Interlocutor-Mundo, em que teríamos um conteúdo irônico para ser



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

transmitido por instrumentos da linguagem e que expressariam um estado de mundo. Não há separação. As marcas e propriedades constituem (estruturam, representam) a ironia. Ou seja, o próprio modo de dizer é a ironia, é o estado de mundo que se instala.

E é nesse sentido que um estudo da ironia como o que propomos fornece subsídios para a crítica da linguística do significante.

Nessa direção, queremos acrescentar que a ironia não depende da intenção do (sujeito) locutor ou da sagacidade do (sujeito) interlocutor. Mesmo enunciados não intencionalmente irônicos podem sê-los na prática discursiva.

Finalmente, gostaríamos de observar que através da noção de dissonância, como constitutiva da ironia, podemos trabalhar extensamente a questão da especificidade do sujeito na sua relação com o discurso.

Remetendo ao trabalho de Cl. Haroche (1984), podemos dizer que a teoria da desambiguação, elaborada pelos gramáticos no séc. XVII, ao mesmo tempo em que responde a uma exigência intrínseca de clareza própria à toda língua, remete a uma concepção da (prática) atividade discursiva. Esta, por sua vez, está certamente ligada a uma ideologia da clareza e da transparência.

A injunção à clareza e a transparência, própria à gramática, exige do sujeito completude e lisibilidade de suas intenções. Desconhece, desse modo, que a interioridade de um sujeito possa ser indizível e dispersa.

Esse dever de determinar¹⁷ e homogeneizar rejeita para a ambiguidade ou a inexistência do não-dito tudo o que — como a dissonância da ironia — "*abre um espaço irredutivelmente individual, ameaçador para as instituições*". Mesmo para a instituição da linguagem, eu acrescentaria.

O lugar de ruptura que é a ironia, tal como o consideramos, atesta um sujeito que não é transparente nem homogêneo como o quer os imperativos do poder e da gramática.

¹⁷ O que em análise de discurso faz parte da chamada ilusão subjetiva: impressão do sujeito de estar na origem dos sentidos, impressão de ter o seu controle, ilusão de que os sentidos dependem apenas de sua vontade.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Ao contrário do que poderia pretender a gramática (e a psicologia) não procuramos essa transparência em que as exigências de legibilidade contribuam para o funcionamento de mecanismos de individualização e de identificação, sendo a ruptura e a ambiguidade *desvios*.

Pela metodologia da análise de discurso, o que pretendemos com essa reflexão foi justamente acolher a ruptura e a ambiguidade, negando a evidência da transparência e da completude, reconhecendo no processo de destruição de sentidos, instaurado pela ironia, um funcionamento de linguagem que abre para o implícito, para o equívoco.

E, conseqüentemente, para um sujeito até mesmo inefável ou, pelo menos, não-transparente.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEMAN, B. "De l'ironie en tant que principe littéraire". In: *Poétique*, nº 36, Paris: Seuil, 1978.
- ALMANZI, G. "L'affaire de l'abominable tonque-in-cheek". In: *Poétique*, nº 36, Paris: Seuil, 1978.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de Linguistique Générale*, Gallimard, Paris, 1966.
- BOLLOBAS, E. "Who's afraid of Irony?" *Journal of Pragmatics*, 9, 1981.
- CÂMARA, M. *Dicionário de Filologia e Gramática*, Rio: J. Ozon, 1959.
- DUCROT, O. *Dire et nepas dire*. Paris: Herman, 1972.
- _____. *La Preuve et le dire*. Paris: Maure, 1973.
- _____. *Les mots du Discours*, Paris: Minuit, 1980.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- GRICE, "Logic and Conversation". In: *Syntax and Semantics*. Press, N.J., 1975.
- HAROCHE, Cl. *Vouloir Dire, Faire Dire*, PUL, 1984.
- HJELMSLEV, L. *Prolegomènes à une Théorie du Langage*. Paris: Minuit, 1972.
- HENAULT, A & CALLAMAND, M. *Les Marques de l'Ironie*. Paris: Belc, 1982.
- HENRY, P. *Le mauvais outil*. Paris: Klincksieck, 1977.
- HAIDU, P. "Au debut du roman, l'ironie". In: *Poétique*, nº 36, Paris: Seuil, 1978.
- HUTCHEON "Ironie et Parodie, stratégie et structure". In: *Poétique*, nº 36, Seuil, Paris, 1978.
- JAKOBSON, R. *Essais de Linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- LAUSBERG, H. *Manual de Retórica Literária*. Madrid: Gredos, 1966.
- MALDIDIÉ, D. et alii. *Langage et Histoire, Langages* 15, Paris: Larousse, 1972.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: H.U., 1976.
- _____. *Gênese du Discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Pontes, 1983.
- ORLANDI, E. "Ilusões da linguagem, Foucault vivo". (no prelo).
- OSGOOD, C. E. *The measurement of meaning*. Univ. of Illinois Press, 1979.
- PEIRCE, CH. *Semântica e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PÊCHEUX, M. *Les vérités de la Palice*, Paris: Maspero, 1975.
- ROUSSEAU, J. *El origen de las lenguas*. Buenos Aires: Calden, 1970.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

SAUSSURE, F. *de Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1962.

SEARLE, J. *Expression and Meaning*. Cambridge: U. Press, 1979.

SERCOVICH, A. *El discurso el psiquismo y el registro imaginário*. Buenos Aires: N.Vision, 1977.

STAROBINSKY, S. *As palavras sob as palavras*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

VOLOSHINOV, V. El signo ideológico y la filosofía del lenguaje. BuenosAires: N.Vision, 1976. WILSON, D. & SPERBER, S.F. "Les ironies comme mention", *Poétique*, nº. 36. Paris: Seuil, 1978.